

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	13
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	23
2.5 Medições não contábeis	27
2.6 Eventos subsequentes as DFs	28
2.7 Destinação de resultados	29
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	38
5.2 Descrição dos controles internos	50
5.3 Programa de integridade	56
5.4 Alterações significativas	63
5.5 Outras informações relevantes	64

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1.1 Principais indicadores econômicos e operacionais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais				
(Em milhões)	2021	2022	2023	Δ22-23%
Volume ferrovia MTKU (fat.)	23.963	23.040	24.805	8%
Volume ferrovia TU (fat.)	39.934	37.643	40.808	8%
Receita bruta consolidada	3.250	3.439	3.909	14%
Receita líquida consolidada	2.887	3.049	3.491	14%
Lucro / (prejuízo líquido) do período	(417)	(2.542)	(907)	(64%)
Impactos não recorrentes – impairment da FCA	171	1.446	842	(42%)
EBIT recorrente (LAJIR) **	(63)	(364)	251	(169%)
EBITDA recorrente (LAJIDA) **	992	807	1.125	39%
Margem EBITDA recorrente (%) **	34%	26%	32%	22%
Dívida bruta *	-	1.115	1.112	0%
Caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos	194	444	192	(57%)
Dívida líquida	-	671	920	37%
Dívida líquida / EBITDA recorrente **	-	0,83	0,82	(2%)

*Considera apenas empréstimos, financiamentos e debêntures.

**Itens reconciliados conforme tabela abaixo

Prejuízo líquido do período	(417)	(2.542)	(907)
(+) Resultado financeiro líquido	138	242	310
(+) Imposto de renda e contribuição social	45	490	(2)
EBIT	(234)	(1.810)	(599)
(+) Depreciação e amortização	1.055	1.171	874
EBITDA	821	(639)	275
(+) Redução de valor recuperável e ativos irre recuperáveis	171	1.446	842
(+) Baixa de tributos de longo prazo	-	-	8
(-) Depreciação e amortização	(1.055)	(1.171)	(874)
EBIT recorrente	(63)	(364)	251
(+) Depreciação e amortização	1.055	1.171	874
EBITDA recorrente	992	807	1.125
(+) Ativos diferidos baixados e alocação de redução de valor recuperável como depreciação acelerada	-	467	-
Prejuízo líquido do período recorrente	(246)	(629)	(57)

A companhia conduziu análises financeiras e optou por realizar a redução do valor recuperável de seus ativos não operacionais tangíveis e intangíveis no montante de R\$ 850 milhões.

É importante ressaltar que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até 2026, ano de término do Contrato atual de concessão. Dessa forma esses efeitos não impactam posição de Caixa e, tampouco, nossas operações e/ou obrigações financeiras (*covenants*).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 1.076,1 milhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 192,4 milhões. O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 1.982,7 milhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 444,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4.524,4 milhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 193,8 milhões.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Em milhares de Reais			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	526	685	2.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(1.045.044)	(824.739)	(448.777)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.044.518)	(824.054)	(706.276)

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i.contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um endividamento com terceiros no montante de R\$ 1.111.576 (2022 - R\$ 1.114.690). Ao longo do ano de 2022 a FCA emitiu uma Debenture de R\$ 600 milhões e uma Nota de Crédito à exportação no valor de R\$ 500 milhões.

Ademais, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 100.090 e R\$ 100.612, respectivamente.

No exercício anterior, findos em 31 de dezembro de 2021 e a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	511.100	513.658	-
Arrendamentos	83.668	109.787	-
Debêntures	600.476	601.032	-
Mútuos	-	100.090	100.612
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(192.436)	(443.958)	(193.828)
Dívida líquida	1.002.808	880.609	(93.216)
	83,90%	66,48%	(92,65%)

ii.outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não aplicável

iii.eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A FCA possui contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes índices financeiros (“*Covenants*”), com obrigação de medição com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, cujas definições estão explícitas no instrumento contratual:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía linha de crédito em aberto.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

em R\$ mil	31/12/2023	AV(%)	Var. R\$ (mil)	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	192.436	3,4	(251.522)	443.958	6,7	(56,7)
Contas a receber	157.102	2,8	35.179	121.923	1,9	28,9
Estoque	133.549	2,4	28.939	104.610	1,6	27,7
Tributos a recuperar	166.132	3,1	103.740	62.392	0,9	166,3
Demais ativos	40.272	0,7	7.960	32.312	0,5	24,6
Total do ativo circulante	689.491	12,4	(75.704)	765.195	11,6	(9,9)
Não circulante						
Contas a receber	300.595	5,3	8.973	291.622	4,4	3,1
Tributos a recuperar	243.792	4,4	(126.459)	370.251	5,6	(34,2)
Contas a receber da RFFSA (União)	120.107	2,2	(7.395)	127.502	1,9	(5,8)
Demais ativos	3.627	0,1	(892)	4.519	0,1	(19,7)
Depósitos judiciais	91.741	1,6	(30.961)	122.702	1,9	(25,2)
Tributos diferidos sobre o lucro	-	-	-	-	-	n/a
Imobilizado	1.763.786	31,6	42.197	1.721.589	26,2	2,5
Intangível	2.368.091	42,4	(808.478)	3.176.569	48,3	(25,5)
Total do ativo não circulante	4.891.739	87,6	(923.015)	5.814.754	88,4	(15,9)
Total do ativo	5.581.230	100,0	(998.719)	6.579.949	100,0	(15,2)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	478.030	8,6	77.663	400.367	6,2	19,4
Contas a pagar	26.331	0,5	4.242	22.089	0,3	19,2
Empréstimos e financiamentos	11.100	0,2	(2.558)	13.658	0,2	(18,7)
Debêntures	1.214	-	(971)	2.185	-	(44,4)
Mútuo	-	-	(100.090)	100.090	1,5	(100,0)
Tributos a recolher	64.200	1,2	18.974	45.226	0,7	42,0
Obrigações sociais e trabalhistas	158.883	2,8	21.846	137.037	2,1	15,9
Arrendamentos e concessão	479.617	8,6	6.590	473.027	7,2	1,4
Demais passivos	28.677	0,5	2.608	26.069	0,4	10,0
Receitas diferidas	2.563	-	674	1.889	-	35,7
Total do passivo circulante	1.250.615	22,4	28.978	1.221.637	18,6	2,4
Não circulante						
Mútuo	-	-	-	-	-	n/a
Empréstimos e financiamentos	500.000	9,0	-	500.000	7,6	-
Debêntures	599.262	10,7	415	598.847	9,1	0,1
Arrendamentos e concessão	864.169	15,5	(582.584)	1.446.753	22,0	(40,3)
Benefícios a empregados	-	-	-	-	-	n/a
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	450.000	8,1	450.000	-	-	n/a
Receitas diferidas	17.963	0,3	2.170	15.793	0,2	13,7
Provisões para processos judiciais	823.107	14,7	8.956	814.151	12,4	1,1
Total do passivo não circulante	3.254.501	58,3	(121.043)	3.375.544	51,3	(3,6)
Patrimônio líquido						
Capital social	4.663.323	83,6	-	4.663.323	70,8	-
Prejuízos acumulados	(3.587.209)	(64,3)	(906.654)	(2.680.555)	(40,7)	33,8
Total do patrimônio líquido	1.076.114	19,3	(906.654)	1.982.768	30,1	(45,7)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.581.230	100,0	(998.719)	6.579.949	100,0	(15,2)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerações sobre as principais contas do Ativos

Ativo circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 765,2 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 689,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um decréscimo de aproximadamente 9,9%. Tal variação é justificada principalmente pela diminuição de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,68%% em 31 de dezembro de 2023 e 102,96%% em 31 de dezembro de 2022, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

Ativo não circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5.814,8 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 4.891,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um decréscimo de 15,9% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3.176,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.368,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 25,5% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 776,5 milhões; as amortizações totais de R\$ 647,9 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se amortizações de R\$ 52,9 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 808,5 milhões nos saldos.

Passivo circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.221,7 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.250,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um incremento de 2,4% do total do passivo circulante, representado substancialmente por tributos a recolher.

Passivo não circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.375,6 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 3.254,6 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando um decréscimo de 3,6% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, substancialmente pela redução do saldo de arrendamentos e concessões.

Patrimônio líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1.982,7 milhões em 31 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de dezembro de 2022 para R\$ 1.010,1 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando redução de aproximadamente 45,7% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 3.587,2 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

em R\$ mil	31/12/2023	AV (%)	Var. R\$ (mil)	31/12/2022	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de serviços prestados	3.490.776	100,0	442.165	3.048.611	100,0	14,5
Custo dos serviços prestados	(2.939.990)	(84,3)	242.864	(3.182.854)	(104,4)	(7,6)
Lucro bruto	550.786	15,7	685.029	(134.243)	(4,4)	(510,3)
Receitas (despesas) operacionais	(1.149.532)	(32,9)	526.532	(1.676.064)	(55,0)	(31,4)
Gerais e administrativas	(109.555)	(3,1)	(9.373)	(100.182)	(3,3)	9,4
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(267.531)	(7,7)	(10.597)	(256.934)	(8,4)	4,1
Redução no valor recuperável de ativos	(776.534)	(22,2)	537.142	(1.313.676)	(43,1)	(40,9)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	4.088	0,1	9.360	(5.272)	(0,2)	(177,5)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(598.746)	(17,2)	1.211.561	(1.810.307)	(59,4)	(66,9)
Resultado financeiro	(310.327)	(8,8)	(68.455)	(241.872)	(7,9)	28,3
Receitas financeiras	48.395	1,4	1.448	46.947	1,5	3,1
Despesas financeiras	(378.196)	(10,8)	(65.440)	(312.756)	(10,2)	20,9
Ganhos com variação monetária e cambial	19.474	0,6	(4.463)	23.937	0,8	(18,6)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(909.073)	(26,0)	1.143.106	(2.052.179)	(67,3)	(55,7)
Imposto de renda e contribuição social	2.419	0,1	491.896	(489.477)	(16,1)	(100,5)
Tributos correntes	2.419	0,1	2.419	-	-	n/a
Tributos diferidos	-	-	489.477	(489.477)	(16,1)	(100,0)
Prejuízo líquido do exercício	(906.654)	(25,9)	1.635.002	(2.541.656)	(83,4)	(64,3)

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2023, a receita líquida somou R\$ 3.490,8 milhões, representando um aumento de 14,5% ou R\$ 442,2 milhões sobre o mesmo período de 2022.

Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$ 2.940,0 milhões, o que representou um decréscimo de 7,6% ou R\$ 242,9 milhões em relação ao mesmo período de 2022. Os principais fatores que contribuíram com a redução dos custos em 2022 foram a diminuição dos combustíveis, da depreciação e amortização, que totalizaram R\$ 605,2 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 267,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2023 e no mesmo período de 2022 totalizou R\$ 256,9 milhões negativos. O aumento percentual de 4,1% ocorreu principalmente devido ao incremento de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 1.810,4 milhões negativo em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 598,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2023, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 776,5 milhões, que representam uma redução de R\$ 537,2 milhões, frente aos montantes reconhecidos em 2022.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 310,3 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 242,0 milhões, representando um aumento de 28,2%. Tal variação se deu principalmente pelo reconhecimento dos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 75,9 milhões e por reconhecimento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 151,8 milhões, representando uma redução de R\$ 17,3 milhões e acréscimo de R\$ 94,9 milhões, respectivamente se comparado ao exercício findo em 2022.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O valor do prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia passou de R\$ 2.052,4 milhões em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 909,0 milhões em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de aproximadamente 55,7%, em decorrência dos fatores citados acima e especialmente na redução do impacto de R\$ 537,2 milhões referente a perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício.

Prejuízo do exercício

Em 2023 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 906,6 milhões frente aos prejuízos de R\$ 2.541,9 milhões apurados em 2022, representando uma redução de 64,3%.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstrações dos fluxos de caixa	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		AH (%)
	2023	2022	
	(em R\$ mil)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.281.245	957.608	33,8%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.044.518)	(824.054)	26,7%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(488.249)	116.756	(518,18%)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(251.522)	250.130	(200,6%)

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades operacionais geraram caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

liquido no montante de R\$ 1.201,2 milhões, superior ao registrado no mesmo período de 2022, de R\$ 957,6 milhões, registrando um aumento de 33,8% ou R\$ 323,6 milhões. As principais variações se justificam pelo incremento do lucro bruto da ordem de R\$ 685,1 milhões, devido aos incrementos de margens na FCA.

Atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de investimento consumiram caixa líquido no montante de R\$ 1.044,5 milhões, frente aos R\$ 824,1 milhões reconhecidos no exercício anterior, registrando um incremento de R\$ 220,4 milhões. A aplicação de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 decorreu principalmente do incremento das aquisições de imobilizado e intangíveis no montante de R\$ 220,2 milhões.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as atividades de financiamento consumiram caixa líquido no montante de R\$ 488,3 milhões frente a geração de R\$ 116,8 milhões em 2022, correspondendo a um decréscimo de 518,2%. O consumo de caixa no exercício de dezembro de 2022 decorreu, principalmente pelo: (i) incremento de pagamento de juros no montante de R\$ 74,7 milhões; (ii) incremento nas liquidações de mútuo, líquido das captações de mútuo, no montante de R\$ 81,6 milhões; (iii) incremento dos adiantamentos para future aumento de capital no montante de R\$ 450,0 milhões e; (iv) redução nos montantes pagos a título de pagamento de arrendamento no montante de R\$ 239,9 milhões

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

em R\$ mil	31/12/2022	AV (%)	Var. R\$ (mil)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	443.958	6,7	250.130	193.828	2,2	129,0
Contas a receber	121.923	1,9	20.667	101.256	1,2	20,4
Estoques	104.610	1,6	18.932	85.678	1,0	22,1
Tributos a recuperar	62.392	0,9	(13.617)	76.009	0,9	(17,9)
Demais ativos	32.312	0,5	8.094	24.218	0,3	33,4
Total do ativo circulante	765.195	11,6	284.206	480.989	5,6	59,1
Não circulante						
Contas a receber	291.622	4,4	9.276	282.346	3,3	3,3
Tributos a recuperar	370.251	5,6	64.003	306.248	3,7	20,9
Contas a receber da RFFSA (União)	127.502	1,9	7.108	120.394	1,4	5,9
Demais ativos	4.519	0,1	25	4.494	0,1	0,6
Depósitos judiciais	122.702	1,9	20.032	102.670	1,2	19,5
Tributos diferidos sobre o lucro	-	-	(489.478)	489.478	5,7	(100,0)
Imobilizado	1.721.589	26,2	(1.155)	1.722.744	20,2	(0,1)
Intangível	3.176.569	48,3	(1.829.679)	5.006.248	58,8	(36,5)
Total do ativo não circulante	5.814.754	88,4	(2.219.868)	8.034.622	94,4	(27,6)
Total do ativo	6.579.949	100,0	(1.935.662)	8.515.611	100,0	(22,7)
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	400.367	6,2	34.704	365.663	4,2	9,5
Contas a pagar	22.089	0,3	11.949	10.140	0,1	117,8
Empréstimos e financiamentos	13.658	0,2	13.658	-	-	n/a
Debêntures	2.185	-	2.185	-	-	n/a
Mútuo	100.090	1,5	99.478	612	-	16.254,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	45.226	0,7	32.275	12.951	0,2	249,2
Obrigações sociais e trabalhistas	137.037	2,1	21.675	115.362	1,4	18,8
Arrendamentos e concessão	473.027	7,2	(194.047)	667.074	7,8	(29,1)
Demais passivos	26.069	0,4	(12.350)	38.419	0,5	(32,1)
Receitas diferidas	1.889	-	(161)	2.050	-	(7,9)
Total do passivo circulante	1.221.637	18,6	9.366	1.212.271	14,2	0,8
Não circulante						
Mútuo	-	-	(100.000)	100.000	1,2	(100,0)
Empréstimos e financiamentos	500.000	7,6	500.000	-	-	n/a
Debêntures	598.847	9,1	598.847	-	-	n/a
Arrendamentos e concessão	1.446.753	22,0	(372.446)	1.819.199	21,3	(20,5)
Benefícios a empregados	-	-	(584)	584	-	(100,0)
Receitas diferidas	15.793	0,2	(1.887)	17.680	0,2	(10,7)
Provisões para processos judiciais	814.151	12,4	(27.302)	841.453	9,9	(3,2)
Total do passivo não circulante	3.375.544	51,3	596.628	2.778.916	32,6	21,5
Patrimônio líquido						
Capital social	4.663.323	70,8	-	4.663.323	54,8	-
Prejuízos acumulados	(2.680.555)	(40,7)	(2.541.656)	(138.899)	(1,6)	1.829,9
Total do patrimônio líquido	1.982.768	30,1	(2.541.656)	4.524.424	53,2	(56,2)
Total do passivo e patrimônio líquido	6.579.949	100,0	(1.935.662)	8.515.611	100,0	(22,7)

Considerações sobre as principais contas do Ativo**Ativo circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 481,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 765,2 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de aproximadamente 59,1%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento de caixa e equivalentes de caixa em R\$ 284,2 milhões.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,96% em 31 de dezembro de 2022 e 102,53% em 31 de dezembro de 2021, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

Ativo não circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8.034,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 5.814,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um decréscimo de 27,6% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela perda por redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis e redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5.006,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.176,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 36,5% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 1.313,7 milhões; as amortizações totais de R\$ 559,1 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, destacando-se amortizações de R\$ 471,5 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 1.829,6 milhões nos saldos.

Passivo circulante

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.212,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.221,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um incremento de 0,8% do total do passivo circulante, representado substancialmente por mútuo.

Passivo não circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 2.779,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 3.375,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 21,5% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente por contratação de empréstimos (incremento de R\$ 500 milhões) e debêntures (incremento de R\$ 598,8 milhões).

Patrimônio líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4.524,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.982,7 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando redução de aproximadamente 56,2% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 2.680,6 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

em R\$ mil	31/12/2022	AV (%)	Var. R\$ (mil)	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de serviços prestados	3.048.611	100,0	161.918	2.886.693	100,0	5,6
Custo dos serviços prestados	(3.182.854)	(104,4)	(443.319)	(2.739.535)	(94,9)	16,2
Lucro bruto	(134.243)	(4,4)	(281.401)	147.158	5,1	(191,2)
Receitas (despesas) operacionais	(1.676.064)	(55,0)	(1.295.353)	(380.711)	(13,2)	340,2
Gerais e administrativas	(100.182)	(3,3)	16.389	(116.571)	(4,0)	(14,1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(256.934)	(8,4)	(146.497)	(110.437)	(3,8)	132,7
Redução no valor recuperável de ativos	(1.313.676)	(43,1)	(1.142.741)	(170.935)	(6,0)	668,5
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(5.272)	(0,2)	(22.504)	17.232	0,6	(130,6)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(1.810.307)	(59,4)	(1.576.754)	(233.553)	(8,1)	675,1
Resultado financeiro	(241.872)	(7,9)	(103.969)	(137.903)	(4,8)	75,4
Receitas financeiras	46.947	1,5	22.205	24.742	0,9	89,7
Despesas financeiras	(312.756)	(10,2)	(125.965)	(186.791)	(6,5)	67,4
Ganhos com variação monetária e cambial	23.937	0,8	(209)	24.146	0,8	(0,9)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.052.179)	(67,3)	(1.680.723)	(371.456)	(12,9)	452,5
Imposto de renda e contribuição social	(489.477)	(16,1)	(444.455)	(45.022)	(1,6)	987,2
Tributos correntes	-	-	(2.311)	2.311	0,1	(100,0)
Tributos diferidos	(489.477)	(16,1)	(442.144)	(47.333)	(1,7)	934,1
Prejuízo líquido do exercício	(2.541.656)	(83,4)	(2.125.178)	(416.478)	(14,5)	510,3

Receitas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida somou R\$ 3.049,8 milhões, representando um aumento de 5,6% sobre o mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2.887,6 milhões.

Custos e despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$ 3.182,9 milhões, o que representou um aumento de 16,2% em relação ao mesmo período de 2021, no valor de R\$ 2.739,5 milhões. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2022 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 385,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 256,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022 e no mesmo período de 2021 totalizou R\$ 110,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 146,5 milhões tem como principal impacto o incremento na provisão (despesa) para baixa de ativos, na ordem de R\$ 149,9 milhões e nas receitas de *take or pay* R\$ 23,8 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 233,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.810,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2022, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (impairment) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1.313,7 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 242,0 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 138,0 milhões, representando redução de 75,4%. Tal variação se deu principalmente pelo reconhecimento dos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 58,6 milhões e por reconhecimento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em R\$ 56,9 milhões.

Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 371,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.052,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, representando aumento de aproximadamente 452,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 1.313,7 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2022 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 2.541,9 milhões frente aos prejuízos de R\$ 416,5 milhões apurados em 2021.

2.1 Condições de caixa e patrimônio líquido

Fluxo de Caixa - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstrações dos fluxos de caixa	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		AH (%)
	2022	2021	
	(em R\$ mil)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	957.608	1.107.218	(13,5%)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(824.054)	(446.065)	84,7%
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	116.756	(828.150)	(114,1%)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	250.130	(166.997)	

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades operacionais geraram caixa líquido no montante de R\$ 957,6 milhões, inferior ao registrado no mesmo período de 2021, de R\$ 1.107,2 milhões, registrando um decréscimo de 13,5% ou R\$ 149,6 milhões. As principais variações se justificam pelo decréscimo do lucro bruto da ordem de R\$ 281,4 milhões, devido a decréscimos de margens na FCA.

Atividades de investimento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades de investimento consumiram caixa líquido no montante de R\$ 824,1 milhões, frente aos R\$ 446,1 milhões reconhecidos no exercício anterior, registrando um incremento de R\$ 378,0 milhões. A aplicação de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorreu principalmente do incremento das aquisições de imobilizado e intangíveis no montante de R\$ 258,2 milhões.

Atividades de financiamento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as atividades de financiamento geraram caixa líquido no montante de R\$ 116,8 milhões frente a consume de R\$ 828,2 milhões em 2021, correspondendo a uma redução de 114,1%. A geração de caixa no exercício de dezembro de 2022 decorreu, principalmente pelo: (i) captação de R\$ 1.098,0 milhões; (ii) redução das posições líquidas de mútuo captados e liquidados no montante de R\$ 70,5 milhões; (iii) redução nos pagamentos de arrendamento no montante de R\$ 16,8 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário. Os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado.

Desempenho Operacional

A Companhia alcançou uma receita líquida de R\$ 3.491 milhões, com 24.805 milhões de TKU transportados na malha ferroviária.

Em 2023, o volume transportado foi 7,7% maior que o realizado em 2022, favorecido pela melhor safra de grãos no período.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados positivamente pelo crescimento da receita líquida em 14% na comparação com 2022. Os custos dos serviços prestados reduziram em 8%, contraposto ao incremento dos volumes transportados (8%).

O EBITDA recorrente cresceu 39% em comparação ao ano anterior consolidando o seu valor total em R\$ 1.125 milhões, ajustado em 31 de dezembro de 2023 pelo *impairment* realizado em R\$ 850 milhões. Ressaltamos que tais ativos não operacionais não impactam a geração de caixa futuro da companhia e o valor equivalente ao seu *impairment* aconteceria de qualquer forma através de depreciação e amortização até agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão.

Diante destes fatores, o lucro líquido se encerrou negativo em R\$ -907 milhões. Na visão recorrente, este resultado alcança em 2023 R\$ -57 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços,

2.2 Resultados operacional e financeiro

taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Os principais fatores determinantes da variação da receita da Companhia, em função de sua composição foram a variação nos volumes e tarifas.

Segue abaixo quadro evidenciado a variação da receita líquida e dos volumes nos últimos três exercícios sociais:

	2023	2022	2021	AH 23x22 (%)	AH 22x21 (%)
Receita Líquida (em R\$ milhares)	3.490.776	3.048.611	2.886.692	14,5	5,6
Volume ferrovia (milhares de TKU)	24.806	23.040	23.963	7,7	-3,9

A receita líquida da empresa cresceu 14,5% entre 2022 e 2023, atingindo R\$ 3.491 milhões no último ano. Esse aumento se deve principalmente aos maiores volumes favorecidos pela safra recorde de soja e milho no país, impactando o segmento de grãos. O Fator precificação do seu portfólio alavancou também o faturamento na comparação anual.

Não houve implementação de novos produtos no período de 2023.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Em 2023 os negócios da Companhia foram desenvolvidos no Brasil e suas receitas são majoritariamente denominadas em reais. Consequentemente, a Companhia é afetada pela conjuntura econômica do país, que é historicamente caracterizada pela volatilidade, em termos de crescimento econômico, inflação, juros e taxas de câmbio.

A taxa de juros (SELIC) finalizou 2023 em 11,75% no ano e inflação 4,62%, ou seja, considerando que a companhia está majoritariamente posicionada nesse indicador (CDI), o resultado financeiro da FCA, em 2023,

2.2 Resultados operacional e financeiro

continuou a ser impactado principalmente pela manutenção da alta taxa de juros no país.

Indicadores econômicos	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
IPCA (%)	4,62	5,78%	10,06%
IGPM (%)	-3,18%	5,45%	17,78%
SELIC (%)	11,75%	13,75%	9,25%
CDI Efetivo (%)	11,87%	13,65%	8,76%
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	R\$ 4,90	R\$ 5,24	R\$ 5,65
Diesel (R\$/L)	R\$ 5,93	R\$ 6,37	R\$ 5,34

Inflação

Em 2023 o índice de inflação no Brasil retornou para o limite estabelecido pelo regime de metas de inflação do CMN (1,75-4,75), em contraposição aos anos anteriores em que a inflação apurada foi superior a meta vigente no período.

A inflação impacta direta e indiretamente as operações da Companhia, uma vez que os custos de produção e outras despesas operacionais são normalmente corrigidas por índices que refletem as oscilações inflacionárias.

No entanto, a política de precificação da companhia prevê o repasse dos efeitos inflacionários com reajustes das tarifas cobradas dos clientes, protegendo a receita líquida.

Taxa de Juros

O resultado financeiro da Companhia está exposto a riscos associados a taxas de juros, em especial com relação às despesas financeiras com empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Em geral as dívidas da FCA estão expostas ao CDI (taxa de juros de referência no mercado interbancário brasileiro).

Historicamente, as medidas tomadas pelo governo brasileiro para controlar a inflação incluíram a adoção de uma política monetária contracionista com elevadas taxas de juros, que se refletem no resultado financeiro da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a) **mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.**

As mudanças significativas nas nossas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, consistiram em:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

IFRS 17 / CPC 50 Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)

O IFRS 17 / CPC 50 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A Companhia VLI não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o IFRS 17 / CPC 50.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade

A Companhia VLI adotou as alterações à IAS 1 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

todos os exemplos do termo “principais políticas contábeis” por “informações materiais da política contábil”. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correspondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só.

O IASB preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração de Prática 2.

Alterações à IAS 12 / CPC 32 Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

A Companhia VLI adotou as alterações à IAS 12 / CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.

Após as alterações à IAS 12 / CPC 32, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12 / CPC 32.

Alterações à IAS 8 / CPC 23- Políticas Contábeis, Mudanças de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis

A Companhia VLI adotou as alterações à IAS 8 / CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

Alteração ao IAS 16 / CPC 27 - “Ativo imobilizado”: a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37 / CPC 25 – “Provisão, passivos contingentes e ativos contingentes”: esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:

- IFRS 9 / CPC 48 – “Instrumentos financeiros”: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 / CPC 06 – “Arrendamentos”: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de juros de referência, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado financeiro, foi colocado em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de *hedge* para permitir a manutenção da contabilização de estratégias de *hedge accounting* para *hedges* afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de *hedge* ou instrumentos de *hedge* afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pela Companhia, com relação a:

(i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) **Relações de *hedge*:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira sujeitas tanto à variação do dólar norte-americano quanto da LIBOR. Tais dívidas são designadas dentro de uma estratégia de *hedge* de valor justo com instrumentos

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

derivativos (*swaps*) que protegem A Companhia das oscilações de câmbio e das taxas de juros em moeda estrangeira. As alterações previstas na LIBOR não possuem impacto relevante para A Companhia, pois as dívidas e os instrumentos derivativos devem adotar o novo benchmark que substituir a LIBOR como componente de juros.

Tanto as alterações da Fase 1 quanto às da Fase 2 são relevantes para A Companhia uma vez que A Companhia adota a contabilização de *hedge* para suas exposições às taxas de juros de referência.

As alterações são relevantes para os *hedges* de valor justos mantidos pela Companhia e indexados à LIBOR e da seguinte forma:

- A Companhia emitiu a dívida à alíquota fixa denominada na R\$, sujeita ao *hedge* de valor justo usando *swaps* de taxas de juros fixas denominados na USD para LIBOR. As alterações permitem a manutenção da contabilização de *hedge* mesmo que no futuro a taxa de juros de referência objeto de *hedge*, LIBOR, não seja mais separadamente identificável e há incerteza sobre a substituição das taxas de juros variáveis incluídas nos *swaps* de taxa de juros. Porém, essa medida não se aplica à exigência de que o componente de risco da taxa de juros designada deve continuar a ser mensurado confiavelmente. Caso o componente do risco não seja mais mensurado confiavelmente, a relação de *hedge* será interrompida.

- A Companhia não irá descontinuar a contabilização de *hedge* se a avaliação retrospectiva da eficácia do *hedge* não se enquadrar na faixa de 80% a 125% e a relação de *hedge* estiver sujeita a reformas da taxa de juros de referência. Para as relações de *hedge* que não estiverem sujeitas a reformas da taxa de juros de referência, a entidade continua a suspender a contabilização de *hedge* se a eficácia retrospectiva estiver fora da faixa de 80% a 125%. A Companhia continuará a aplicar as alterações da Fase 1 à IFRS 9/IAS 39 até que a incerteza resultante da reforma da taxa de juros de referência com relação à época e valor dos fluxos de caixa subjacentes aos quais A Companhia está exposto seja encerrada. A Companhia espera que essa incerteza continue até que os contratos da Companhia que utilizam as IBORs como referência sejam alterados para determinar a data na qual a taxa de juros de referência será substituída e a base para os fluxos de caixa da taxa de juros de referência alternativa seja determinada, inclusive qualquer spread

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

fixo.

Em virtude das alterações da Fase 2:

- Quando os termos contratuais dos empréstimos bancários da Companhia são alterados como consequência direta da Reforma da Taxa de Juros de Referência e a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais for economicamente equivalente a base imediatamente anterior à alteração, A Companhia altera a base para determinar os fluxos de caixa, de forma prospectiva, por meio da revisão da taxa de juros efetiva. Se forem feitas alterações adicionais, que não estejam diretamente relacionadas à reforma, as exigências aplicáveis da IFRS 9 são aplicadas às outras alterações.

- Quando são feitas alterações nos instrumentos de *hedge*, o objeto de *hedge* e os riscos cobertos, alterados em virtude da Reforma da Taxa de Juros de Referência, A Companhia atualiza a documentação de *hedge* sem descontinuar a correlação de *hedge*.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, A Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, A Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Saldos relevantes entre a Companhia e partes relacionadas

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2023 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação de valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que apresenta reapresentação relacionada à classificação de peças de reposição e sobressalentes dos estoques para o ativo imobilizado e ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro de 2022. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, equivalente à norma internacional IAS 8. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que tenham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c) eventos ou operações não usuais.

i. REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei nº 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25%

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando o montante a receber de R\$ 286.438 (2022 - R\$ 273.928).

ii. Redução no valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administração da FCA identificou a existência de indicadores de não recuperabilidade de seus ativos intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios, o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026 e a ainda não concretização da renovação da sua concessão.

A Administração da FCA realiza anualmente, em cada data base de 31 de dezembro, teste de não recuperabilidade de seus ativos, com base no *business plan* atualizado e aprovado pelo Conselho de Administração, sendo as principais premissas atreladas a volumes, preços e investimentos atualizadas. Ao longo do exercício seguinte e em cada data-base de interim presente em março, junho e setembro, o teste é revisado com atualização das principais premissas (taxa de desconto, *carrying amount*, investimentos etc.) para avaliar se ajustes de *impairment* são necessários.

A FCA possui uma unidade geradora de caixa composta pelos ativos imobilizados e intangíveis da malha ferroviária Paulista e a malha ferroviária Centro Leste, os quais integram um único contrato de concessão, são similares

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

em natureza, uso e dependentes entre si. A renovação da concessão está sujeita à aprovação à exclusivo critério do poder concedente, conforme previsto no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Administração da FCA determinou o valor recuperável da unidade geradora de caixa com base no valor em uso, considerando que o valor justo foi inferior utilizando as projeções de fluxo de caixa nominal com base em orçamento financeiro aprovado pela Administração. As principais premissas seguem listadas abaixo:

- prazo de projeção limitado a agosto de 2026 e;
- as projeções de volumes e preços junto aos seus clientes que operam substancialmente nos mercados agrícolas, siderúrgicos, mineração e outros, receitas acessórias, custos variáveis, gastos com manutenção e investimentos, indenização dos ativos reversíveis conforme previsto no respectivo contrato de concessão e taxa de desconto.

Vide tabela abaixo com a relação das premissas qualitativas e quantitativas das análises:

	31/12/2023	31/12/2022
Volume de vendas (% da taxa de crescimento anual)	(0,65%)	1,60%
Margem EBITDA (% de receita)	36% a 42%	36% a 41%
Taxa de desconto nominal - %	12,10%	12,34%

O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período até 2026. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o Brasil.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período até 2026. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no *mix* de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados.

O dispêndio anual de investimentos correntes diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para a manutenção da Concessão. Ele se baseia na experiência histórica da administração da FCA e não compreende

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

incrementos de capacidade. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

A taxa de desconto foi estimada pelo custo médio ponderado de capital.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor em uso da unidade geradora de caixa era inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 776.534, saldo este equivalente a (63,72%) do valor de uso dos ativos (2022 – R\$ 1.313.676 e 52,41%, respectivamente), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registrados valores adicionais a título de redução ao valor recuperável de ativos.

A perda por redução do valor recuperável originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2023 pelo Conselho de Administração do *business plan* da FCA, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à FCA, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. A FCA alocou R\$ 287.423 montantes nos ativos intangíveis atrelados a concessão, dada a: (i) natureza incorpórea destes ativos; (ii) não existência de valor de realização alternativo; (iii) conclusão de que os trechos originalmente objeto da concessão sofreram grande alteração ao longo da concessão, seja por devolução (Resolução 4.131/13) ou pela avaliação de rentabilização econômica dos mesmos. Os saldos remanescentes de R\$ 489.111 foram alocados nos ativos de via permanente.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis.

Principais indicadores econômicos e operacionais			
(em milhões de R\$)	2021	2022	2023
Receita bruta	3.250	3.439	3.909
Receita líquida	2.887	3.049	3.491
Resultado líquido do período (DRE)	(417)	(2.542)	(907)
Tributos sobre o lucro	45	490	(2)
Resultado financeiro líquido	138	242	310
Depreciação e amortização	1.055	1.171	874
EBITDA	821	(639)	275
Redução de valor recuperável e ativos irre recuperáveis	171	1.446	842
Baixa de tributos de longo prazo	-	-	8
EBITDA recorrente	992	807	1.125
Resultado do exercício	(417)	(2.542)	(907)
Redução de valor recuperável e ativos irre recuperáveis	171	1.446	842
Ativos diferidos baixados e alocação de redução de valor recuperável como depreciação acelerada	-	467	-
Resultado do exercício recorrente	(246)	(629)	(65)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	23.963	23.040	24.805
Dívida bruta (i)	-	1.115	1.112
Caixa e aplicações financeiras	194	444	192
Dívida líquida	-	671	920

(i) Considera apenas Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas.

Vide item a.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

As medições não contábeis (EBITDA recorrente e resultado do exercício recorrente) refletem os resultados líquidos dos ajustes extraordinários e logo trazem uma melhor comparabilidade com os exercícios anteriores).

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

Não aplicável.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Ano	2023	2022	2021
Resultado Líquido (R\$ Milhares)	(906.654)	(2.541.656)	(416.478)

a) regras sobre retenção de lucros.

Regras Estatutárias: Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para imposto sobre a renda, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

(a) 5% para a formação da reserva legal, observados os limites previstos em lei; e

(b) Após as destinações acima, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial do lucro remanescente para a reserva de expansão, que tem por objetivo assegurar os recursos necessários para a expansão dos negócios sociais e realização de novos investimentos pela Companhia, observado o limite do capital social.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

b) regras sobre distribuição de dividendos.

Regras Estatutárias: Um montante não inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da lei das sociedades por ações será destinado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Prática adotada pela Companhia: Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, portanto, não houve deliberação quanto a distribuição de dividendos nos últimos 3 exercícios.

c) periodicidade das distribuições de dividendos.

2.7 Destinação de resultados

Como a Companhia apresenta prejuízos acumulados, não houve distribuição de dividendos pela Companhia.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamento especialmente aplicável à nossa Companhia, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A companhia é regida pela Lei das Sociedades Anônimas e reforça sua política no seu estatuto social. O estatuto está disponível no site www.cvm.gov.br.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iii. contratos de construção não terminada.

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

b) natureza e o propósito da operação.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

A Ferrovia Centro Atlântica (FCA) teve, em 2023, a execução dos investimentos no montante de R\$ 967 milhões. A grande parte desse montante (95%) está concentrada na execução dos investimentos correntes, principalmente, nos serviços de *sustaining* da via permanente e material rodante (locomotivas e vagões) para manter as capacidades das operações. Os investimentos de capitais foram limitados para adequações pontuais de pátios ferroviários na região de Belo Horizonte e reforma de alguns vagões da frota de gôndolas. O Plano de Crescimento da Cia, para a FCA, seguirá concentrando recursos de investimentos para garantia da manutenção das capacidades operacionais através dos serviços de *sustaining*, principalmente, para os ativos de via permanente e material rodante (locomotivas e vagões).

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos provêm da geração de caixa operacional da Companhia e financiamentos junto a instituições financeiras e emissão de valores mobiliários (*equity* e dívida).

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Durante o ano de 2022, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas,

2.10 Planos de negócios

equipamentos patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

A Ferrovia Centro-Atlântica, investiu em projeto de pesquisa e desenvolvimento no ano de 2023, voltado para engenharia de operações e de projetos ferroviários, com foco no ativo de ferrovia.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Em 2023, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,1 milhões com foco em iniciativas e projetos de desenvolvimento em operações e projetos ferroviários de crescimento orgânico.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Vide item ii, acima.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Vide item ii, acima.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questão ASG.

2.10 Planos de negócios

O Grupo VLI, que engloba as suas subsidiárias, incluindo a FCA, tem declarado em sua visão, a ambição de se tornar Referência em Sustentabilidade na Logística Brasileira até 2030. Com questões ESG consideradas em seu Plano de Negócios, a companhia tem estabelecida Agenda ESG – “VLI para o Amanhã – conexões para um mundo melhor”, com seis compromissos que suportam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A Companhia compreende que aspectos ASG são parte integrante da sua essência e indissociáveis da sua estratégia. Para acompanhar a evolução dos compromissos da Agenda ASG, a VLI conta com um sistema de gestão que considera encontros periódicos com todos os níveis de liderança.

Cada área da Companhia possui metas específicas, com ações e marcos a serem atingidos anualmente, a fim de que os compromissos assumidos possam ser alcançados até 2030.

A partir de 2022, esses compromissos também compõem o painel de metas da alta liderança, impactando a remuneração variável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

No último exercício social, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

As respostas abaixo se aplicam para todas as empresas VLI, portanto, será referenciado “a Companhia”, abrangendo, no caso, a empresa FCA.

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui Política de Gestão de Riscos Corporativos (“Política de Riscos”) implementada inicialmente em 31 de março de 2017, atualizada em 31 de julho de 2020 e, em 13 de setembro de 2021 pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. O início da vigência da versão atualizada da política em 13 de setembro de 2021 está condicionado à disponibilização do Anúncio de Início de Distribuição da Primeira Oferta Pública de Distribuição de Ações da Companhia.

Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.vli-logistica.com.br>), na seção “Governança Corporativa”.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Riscos estabelece as diretrizes corporativas para orientação da Gestão dos Riscos que impactam a Companhia, suas subsidiárias e controladas, de forma a possibilitar a identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos, visando reduzir a probabilidade de ocorrência e seus impactos.

A estratégia da Gestão de Riscos observada pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta e promover a melhor tomada de decisão pelos seus administradores. Para tal, o método avalia, não apenas o impacto financeiro das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito). Além da categoria financeira também fazem parte da Gestão de Riscos VLI os riscos enquadrados nas categorias operacional, *compliance* e estratégico.

i. os riscos para os quais se busca proteção.

A Companhia busca proteção para os principais riscos que possam impactar de forma relevante os objetivos traçados pela alta administração, sua reputação, bem como os seus resultados financeiros e operacionais, dentre os quais podemos citar:

(i) **Riscos Operacionais:** são riscos decorrentes de falhas de processos e controles, em especial relativos a eventos, sejam de força maior ou decorrentes dos processos operacionais da Companhia que possam impactar as operações e utilização da capacidade instalada. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

(ii) **Riscos Estratégicos:** são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir seus objetivos e são decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças regulatórias ou no setor logístico, em especial relativos à demanda dos clientes, estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes segmentos.

(iii) **Riscos Regulamentares (ou Compliance):** são riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia, cuja perda ou aplicação de penalidades, possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro, operacional ou reputacional.

(iv) **Riscos Financeiros:** são riscos relacionados tanto à capacidade da empresa em prover liquidez adequada para a realização de seus objetivos quanto à obtenção de crédito ou às condições do mercado.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os principais riscos aos quais os negócios e operações da Companhia estão sujeitos são monitorados periodicamente, buscando-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação desses riscos e a execução da consequente estratégia de tratamento. Destacam-se abaixo as principais práticas adotadas pela Companhia para fins de proteção aos riscos expostos:

(i) no que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte;

(ii) a Companhia identifica e implanta controles capazes de modificar a probabilidade de ocorrência de eventos de severidade catastrófica a pessoas, meio ambiente e instalações, como, por exemplo, riscos de acidente, os quais são periodicamente inspecionados através de protocolos específicos;

(iii) a Companhia define controles capazes de prevenir a ocorrência ou mitigar as consequências relacionados a riscos relacionados à segurança do trabalho;

(v) de modo a minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a Companhia adota uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A Companhia efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento;

(iv) de modo a minimizar os riscos de demanda pelos produtos transportados, a Companhia tem investido na melhoria da qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar que, como concessionária pública, a Companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

que se autodeclaram como “usuários dependentes”. Para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato, de longo prazo, que garante o volume ou a receita;

(v) a fim de mitigar o risco de aumento de preço de produtos, como de combustível, a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes.

(vii) a Companhia possui um Plano de Comunicação Social que tem por objetivo geral desenvolver uma comunicação contínua e transparente entre a VLI e todos os atores envolvidos nas áreas de influência a partir da promoção de mecanismos de divulgação de informações qualificadas da solução de dúvidas e questionamentos acerca do funcionamento da ferrovia e possíveis impactos advindos da operação da Ferrovia, entre a VLI, colaboradores e população da Área de Influência Direta.

(viii) A Companhia adota um programa para promoção e detecção de comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis aos seus padrões de ética e conduta, proteção de dados, segurança cibernética, segurança da informação e propriedade intelectual, bem como para promoção da jornada segura de trabalho.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia adota em sua Política de Riscos o conceito das 3 (três) Linhas definido pelo Instituto dos Auditores Interno (IIA) para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos buscando assegurar o cumprimento das diretrizes definidas:

1ª Linha: É formada pelos administradores, empregados, diretores, gerentes e supervisores, ligados diretamente aos processos da Cadeia de Valor, Eles são denominados “Donos dos Riscos” e controles e possuem responsabilidade e autoridade para tratar e prevenir riscos através de ações de mitigação e gerenciamento de controles de maneira tempestiva e segura, em conformidade com as normas e regulamentações, bem como buscar adequações, caso sejam identificadas deficiências.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

2° Linha: É responsável pela avaliação técnica dos processos e fornecem a metodologia, sensibilizam e supervisionam a primeira linha. Algumas destas áreas são: Gestão de Riscos e Controles Internos, Controladoria, Segurança Empresarial, Segurança Operacional, Saúde & Segurança, Meio Ambiente, Ética e Conformidade, Segurança da Informação, Gestão de Crise e Continuidade do Negócio, Recursos Humanos, Jurídico, Governança, Gestão da Qualidade, Comunicação e a área Regulatória e Engenharia.

São responsáveis por determinar, desenvolver, monitorar e auxiliar na implementação das políticas, metodologias e ferramentas para o gerenciamento dos riscos da Companhia. Deve haver uma forte integração e interação entre as duas primeiras linhas, através do apoio e suporte da Diretoria Executiva para que o processo seja operacionalizado e internalizado em todos os níveis da organização.

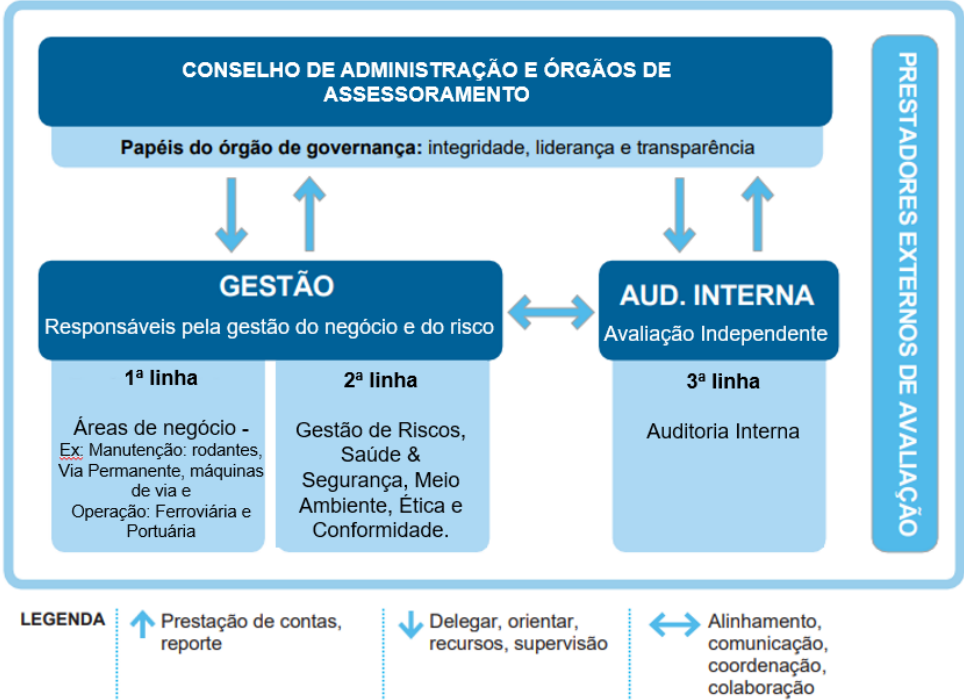
3° Linha: A terceira linha é a Auditoria Interna que possui total independência em inspecionar e auditar a segunda e primeira linhas. Também tem como reponsabilidade desenvolver e executar as verificações necessárias para assegurar a eficácia da presente Política e dos controles envolvidos no processo de Gestão de Riscos.

O canal de comunicação da terceira linha é realizado diretamente com o Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento.

O conceito das Três Linhas, possibilita que a Companhia identifique estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento de seus objetivos e facilita uma forte governança e gerenciamento de riscos. O modelo segue o diagrama apresentado a seguir:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O MODELO DAS TRÊS LINHAS DO THE IIA – ADAPTAÇÃO VLI



O descritivo abaixo detalha as atribuições e responsabilidades da Governança de Riscos da VLI, conforme modelo do Instituto dos Auditores Internos (IIA).

A Gestão de Riscos VLI propõe o compartilhamento da responsabilização nos diversos níveis hierárquicos, no qual cada executivo responde pelo risco materializado na sua área ou processo. Igualmente, sendo responsável pela garantia dos controles que mitigam os riscos. Neste sentido, é importante estruturar hierarquicamente as responsabilidades por cada atividade, quais sejam, gerenciar riscos e monitorar controles.

Para tal, a Política de Riscos prevê que as reponsabilidades sejam distribuídas da seguinte forma, descrita de maneira simplificada:

- Diretores VLI: donos dos Riscos Prioritários;
- Gerentes Gerais: donos dos Riscos de Processos (ou seja, demais riscos que não sejam prioritários);
- Gerentes de Área: donos dos Controles Crítico para mitigação e/ou manutenção dos Riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Supervisores: donos e responsáveis pela execução dos demais controles de mitigação e/ou manutenção dos Riscos.

A seguir detalharemos as atividades de todas as esferas hierárquicas:

Do Conselho de Administração:

- Aprovar a Política da Gestão de Riscos da Companhia e suas alterações, quando necessário;
- Aprovar e revisar, quando necessário, a tolerância aos riscos da Companhia;
- Estimular a cultura de Gestão de Riscos e de Controles Internos;
- Acompanhar as exposições aos riscos prioritários.

Dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Assessorar o Conselho de Administração na aprovação da Política da Gestão de Riscos da Companhia e suas alterações, quando necessário;
- Assessorar o Conselho de Administração quando da necessidade da revisão dos níveis de tolerância a riscos da Companhia;
- Avaliar e recomendar melhorias na metodologia de Gestão de Riscos da Companhia;
- Estimular a cultura de Gestão de riscos e de controles internos;
- Acompanhar as exposições aos riscos prioritários.

Comitê de Auditoria e Riscos

O Comitê de Auditoria e Riscos é formado pelo CEO e Diretores da VLI e tem como atribuições:

- Deliberar acerca da estrutura necessária para o gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Fomentar para que a metodologia de Riscos e Controles Internos seja integrada à estratégia organizacional, bem como, fomentar a cultura de Gestão de Riscos e de Controles Internos;
- Acompanhar, deliberar e orientar a Companhia sobre os riscos prioritários seus planos de resposta e alocação dos recursos necessários.
- Monitorar a materialização de eventos de riscos prioritários e recomendar tratativas adicionais para a revisão da estrutura de controles de mitigação.
- Avaliar anualmente a Matriz de Riscos da Companhia definindo as prioridades de tratamento.

CEO - Chief Executive Officer

O CEO tem como papel e responsabilidade adicional a definição do Comitê de Auditoria e Riscos e deliberar os donos dos riscos prioritários.

Das Diretorias Executivas:

- Garantir que os Riscos Prioritários e de Processos associados às suas respectivas diretorias estejam sendo gerenciados de forma eficaz e que estejam relatando os riscos e medidas de controles à Diretoria Jurídica e GRC e ao Comitê de Auditoria e Riscos, Controles Internos, Auditoria e Partes Relacionadas;
- Suportar as Gerências Gerais quanto as tratativas e monitoramentos dos riscos de processos associados às suas respectivas diretorias;
- Garantir e acompanhar as avaliações e reavaliações dos riscos prioritários, os planos de tratamento, estabelecer controles e realizar os monitoramentos pertinentes aos riscos prioritários associados às suas áreas de negócio.
- Integrar a Gestão de Riscos ao Modelo de Gestão VLI (MGV) e determinar rotina para realizar os monitoramentos necessários dos riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

prioritários e controles associados às suas áreas de negócio e fomentar a cultura de Riscos na sua Diretoria.

Das Gerências Gerais:

- Garantir que as próprias áreas sob suas respectivas responsabilidades estejam gerenciando os riscos de processo de forma eficaz e que estejam relatando os riscos e medidas de controles aos seus respectivos diretores, à Diretoria Jurídica e GRC e Comitê de Auditoria e Riscos, Controles Internos, Auditoria e Partes Relacionadas;
- Garantir e acompanhar as avaliações e reavaliações dos riscos de processo, os planos de tratamento, estabelecer controles e realizar os monitoramentos pertinentes aos riscos de processos associados às suas áreas de negócio.
- Integrar a Gestão de Riscos ao Modelo de Gestão VLI (MGV) e determinar rotina para realizar os monitoramentos necessários dos riscos de processos e controles associados às suas áreas de negócio e fomentar a cultura de Riscos da sua Gerência Geral.

Das Gerências de Área e Supervisões:

- Responsabilizar-se pelos controles dos riscos da sua gerência e ter o conhecimento técnico das atividades de controle de prevenção ou mitigação necessários à gestão dos riscos aos quais os controles estão associados.
- Implementar os planos de ação referentes à melhora e implementação de novos controles.
- Gerenciar e monitorar os controles de prevenção e de mitigação que lhe forem atribuídos. Zelar sempre pela sua execução, acurada e tempestiva, em conformidade com regulamentações externas, políticas e normas internas, e buscar a correção dos desvios em caso de detecção de alguma deficiência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Apoiar a investigação da materialização de eventos de riscos, e contribuir com apontamentos em caso de deficiências encontradas em testes de verificação de controle, identificando suas causas-raiz e propondo ações de correção.
- Integrar a Gestão de Riscos ao Modelo de Gestão VLI (MGV) e determinar rotina para realizar os monitoramentos necessários dos riscos e controles associados às suas áreas de negócio e fomentar a cultura de Riscos da sua Gerência Geral.

Das Supervisões:

- Atuar como executores e responsáveis pela execução e melhoria dos controles no que tange à:
 - entender a relevância dos controles sob sua responsabilidade para a mitigação dos riscos e garantir que são executados conforme descritos;
 - monitorar os controles implementados e identificar novos para redução de riscos em sua área de atuação, bem como propor melhorias;
 - comunicar a relevância dos controles aos membros de sua equipe e garantir que eles entendam seu papel no gerenciamento de riscos;
 - garantir que sua equipe esteja adequadamente treinada na execução dos controles sob sua responsabilidade;
 - Acionar o líder imediato em caso de deficiências encontradas na execução de controle, que possam trazer algum impacto para prevenção ou mitigação do risco, especialmente no caso de controles críticos.

Da Diretoria Jurídica e GRC, bem como da Gerência Geral de Riscos e Controles Internos:

- Promover a cultura de Gestão de Riscos e de Controles Internos na companhia, através da capacitação de seus líderes e colaboradores na utilização dessa prática nas suas atividades corporativas.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Desenvolver e implantar metodologia, em conjunto com as áreas de negócio, de maneira padronizada e que formalize os processos de gestão e mitigação de riscos da companhia, gerando informações para tomada de decisão de alocação de recursos para o desenvolvimento de ações e implementação de controles voltados à redução de exposições.
- Suportar o planejamento financeiro:
 - de curto prazo: apoiando as áreas na elaboração do planejamento orçamentário no que diz respeito aos investimentos destinados à implementação de ações e controles que reduzam a exposições aos riscos;
 - de médio prazo: suportando as áreas na avaliação dos riscos dos cenários e premissas adotados no Business Plan.
- Suportar o cumprimento da estratégia da companhia através do suporte na identificação de eventos de risco que possam comprometê-la e propor mecanismos de mitigação.
- Elaborar e manter a Matriz de Riscos da Companhia atualizada, conforme análises conduzidas pelos donos dos riscos e áreas de apoio técnico.
- Apoiar os gestores da Companhia na análise de riscos de Prioritários, de processos e relativos à projetos relevantes, bem como novos riscos percebidos pela Alta Administração
- Contribuir com a identificação de novos riscos que possam afetar os objetivos do negócio. Por meio da avaliação dos contextos internos e externos e por meio de solicitações das áreas de negócio e da alta administração.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Os controles internos, apreciados e aprovados, no mínimo, anualmente, consistem em um processo

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- (i) eficiência e efetividade operacional;
- (ii) confiança nos registros de dados e informações;
- (iii) conformidade; e
- (iv) abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos, conforme descritos em sua Política de Riscos, em diferentes níveis da organização, que abrange o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Área de Controles Internos e a Área de Riscos, bem como todos os colaboradores da Companhia. Seu propósito é permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios da Companhia e a elaboração confiável das demonstrações financeiras e das informações trimestrais da Companhia, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores aplicáveis.

A Auditoria Interna da Companhia realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras.

A Política de Riscos define matrizes de risco que têm por objetivo visualizar e, ao mesmo tempo, implementar uma forma de tratamento de cada risco, permitindo o acompanhamento da redução ou elevação dos riscos.

A avaliação visa comparar os níveis de riscos em relação aos critérios pré-estabelecidos. A relevância dos riscos possui como parâmetro a matriz de riscos e o seu resultado é o grau de criticidade do risco, ou seja, é a priorização que a Companhia deve utilizar para tratar cada risco, frente a sua tolerância ao risco.

Caso não ocorra a resposta ao risco dentro do prazo estimado para tratamento deste, a pendência existente será encaminhada ao Diretor da área para providências. Sendo que as providências devem envolver no mínimo: (i) determinar a instauração de procedimento para a apuração dos motivos no caso de não cumprimento das medidas de resposta ao risco nos

5.2 Descrição dos controles internos

prazos determinados; e (ii) apurar as responsabilidades pelo não cumprimento das medidas de resposta ao risco nos prazos determinados.

A Companhia acredita que os procedimentos e controles internos adotados são adequados e suficientes para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, a Companhia entende que as suas demonstrações financeiras apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas.

b) as estruturas organizacionais envolvidas.

A Diretoria Financeira e Supply Chain, principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia, conta com o suporte da Gerência de Contabilidade para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que, dentre outros, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia de controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício. À Diretoria compete a elaboração do relatório e das demonstrações financeiras de cada exercício.

O Comitê de Auditoria deve analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

5.2 Descrição dos controles internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

A área de Controles Internos realiza a avaliação e supervisão dos controles internos. Estas avaliações são refletidas em relatórios que apontam a eficácia e aderência dos controles e, sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. O Conselho de Administração e Comitê de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

O acompanhamento e a diligência das ações relacionadas controles internos são realizados em reuniões mensais do Comitê Operacional e reuniões periódicas do Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. A pessoa responsável por gerenciar e supervisionar os controles Internos é o Gerente de Contabilidade, o qual é o responsável pela área de Controles Internos da Companhia.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Os auditores independentes da Companhia emitiram, em 16 de abril de 2024, a “Comunicação de Deficiências Significativas de Controles Internos Referente ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023” referentes à Ferrovia Centro Atlântica S.A. (“FCA”), que contém um descritivo sobre deficiências identificadas ao longo do processo de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

RECONHECIMENTO DE RECEITA: Apesar de possuir procedimentos de verificação, reconciliação e revisão, além de controle automático em fase de

5.2 Descrição dos controles internos

implementação para assegurar maior controle nos processos relacionados ao reconhecimento da receita com o objetivo de assegurar pela acuracidade e completude da rubrica, sugerimos que a Companhia aprimore seus controles manuais já desenhados e implementados a fim de reduzir a possibilidade de erros materiais e formalize passo específico de atividade de controle de forma a garantir pela (a) verificação executada pela Gerência de Contas, a qual é responsável pelo cálculo do reajuste da tarifa e solicitação da confirmação do cliente para o novo valor; (b) reconciliação realizada pela Área de Normatização com o objetivo de fazer com que os valores das tarifas no sistema reflitam as memórias de cálculo elaboradas em função das alterações de preços ocorridas pelo reajuste de diesel e atingimento de volume previstas em contrato, bem como em decorrência de renegociações comerciais; (c) revisão das premissas utilizadas no cálculo de “cutoff”, evitando assim reconhecimento de receita no período incorreto.

É importante destacar que o “control owner” deve ser uma pessoa com autoridade e competência necessária para realizar os desafios sobre o reconhecimento de receita. O “control owner” deve documentar as evidências fornecidas para formalizar as atividades de controle com elemento de revisão. Toda a documentação deve ser mantida em um “book” / “binder” de modo que sirva de suporte para análises e aprovações seguintes. Esta documentação deve ser mantida junto com os registros contábeis da Companhia.

Para fins de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração concluiu pela adequação dos saldos registrados e divulgados.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Comentários da Administração (RECONHECIMENTO DE RECEITA)

Está em funcionamento a ferramenta que calcula as paramétricas existentes nos contratos referente a preço, tornando o processo mais seguro e evitando trabalhos manuais passíveis de erros. Esta ferramenta é o Jetsons Preço onde atualmente contempla 44% da Receita Ferroviária. Esta ainda não é

5.2 Descrição dos controles internos

utilizada em sua totalidade devido as especificidades do negócio da CIA, tendo o segmento grãos como o maior desafio. Mas há um grupo multidisciplinar a frente deste produto já com ações para as construções de melhorias que serão realizadas para inclusão de novos contratos. Focando na melhoria contínua e em agilizar as entregas, haverá a transição de equipe responsável saindo do time de “Pricing” indo para Faturamento Integrado e Proteção ao Caixa (Previsão – Abr/24), esta será mais focada ao tema. Para a evolução em 2024, estão previstos aprimoramentos em termos de integração, automatização, padronização e discussões contínuas de melhoria. Sendo elas:

- Cadastro de contratos de forma semiautomatizada - quando o contrato for criado, ele já entra no Jetsons; Previsão Dez/24.
- Abertura de preços por serviço - com nova diretriz da ANTT todos os preços deverão ser abertos linha de serviço (frete + manobras + transbordo); Previsão de ajustar os contratos até set/24, somente após será realizado no sistema; Previsão Nov/24.
- Padronizar os repasses de diesel aos clientes; Previsão Dez/24.
- Análise das cartas de cobrança; Previsão Dez/24.
- Fórum mensal de Gestão Matricial de Receita por corredor; já implementado - Frequência mensal.
- FLINK: Automatização do repasse das tarifas de subcontratação VLI x FCA; Previsão Jul/24.

Todas estas melhorias serão essenciais para inclusão de novos instrumentos e maior segurança e assertividade para a atividade de reprecificação. Além da ferramenta citada acima, continua em andamento controles sobre os reajustes de preço conforme determinado em contrato. Todos os meses é realizado o levantamento dos contratos ajustados e os repasses realizados pelo time Normativo e o time de Business Partner Performance

5.2 Descrição dos controles internos

realizam as análises quanto a aplicação correta e os impactos dela no resultado. Acatamos a observação do item c) sobre o “cut-off”. Para mitigar será inserida nova camada de revisão nos equipamentos que efetuam controle o “cut-off”.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo: i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas. ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes. iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: a. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. b. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas. c. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A reputação e imagem positivas da empresa são patrimônios de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, é o resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a transparência, confiança e respeito, sendo responsáveis pela disseminação e prática desses princípios.

5.3 Programa de integridade

Neste sentido, com o objetivo de promover um ambiente ético e íntegro, o Programa de Ética e Conformidade é estruturado em oito pilares. Estes pilares, baseados na metodologia ABC (Anti-Bribery & Corruption), são sustentados pelos princípios de prevenção, detecção e resposta, sendo eles

1. *Assessment* de riscos
2. Comprometimento com a cultura de Compliance
3. Supervisão e Recurso para o Compliance
4. Código de Conduta Ética, Políticas e Procedimentos
5. *Due Diligence*
6. Monitoramentos e Controles Internos
7. Comunicação e programas de treinamentos contínuos;
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares;

Na estrutura normativa do Programa de Ética e Conformidade, O Código de Conduta Ética da empresa ("Código de Conduta Ética") reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente. O Código de Conduta Ética se aplica a todos os seus colaboradores diretos e indiretos, empregados e administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e, membros da Diretoria (e, quando considerados em conjunto, "Colaboradores"), bem como fornecedores e prestadores de serviços e quaisquer terceiros que assumam a representação da empresa.

Em periodicidade definida, os Colaboradores passam por uma reciclagem do Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o normativo e as diretrizes nele previstas.

Em caso de descumprimento, os Colaboradores estarão sujeitos a medidas disciplinares, tais como advertência (verbal ou escrita), suspensão, demissão ou destituição, seguindo as normas da Gerência Geral de Gente da Empresa e as legislações específicas aplicáveis.

O Código de Ética foi aprovado originalmente pelo Conselho de Administração em agosto de 2014, já tendo passado por 5 revisões, sendo sua última revisão de outubro de 2023 quando foi apreciada conjuntamente pelo

5.3 Programa de integridade

Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração (Disponível em: <https://www.vli-logistica.com.br/esg/governanca/>).

A Empresa promove treinamentos voltados a disseminação e consolidação das diretrizes estabelecidas no presente Código e demais normativos internos, com a finalidade de fortalecer o conhecimento dos valores éticos que devem pautar todas as ações da Empresa. Tais treinamentos são obrigatórios aos Colaboradores e são realizados, no mínimo, uma vez a cada 3 (três) anos.

Visando garantir o cumprimento das diretrizes previstas no Código de Conduta Ética por fornecedores, desenvolvemos o Código de Conduta Ética do Parceiro, documento distribuído para todos os fornecedores no momento do cadastro, e que está disponível na página institucional (<https://www.vli-logistica.com.br/esg/governanca/>), cujas penalidades estão previstas no normativo em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor é verificado o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços no Sistema da Empresa. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção, proteção de dados e sanções econômicas incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa conta com outros documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade, incluindo, mas não se limitando, a Política Antissuborno e Anticorrupção, criada e aprovada pelo Conselho de Administração em 2023. O normativo discorre sobre temas como: proibição à corrupção, suborno e pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; proibição referente à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; diretrizes para o período eleitoral; relacionamento com entidades de classe; relacionamento com o setor público, regras gerais para recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e atualmente está ligada à Função Compliance da Empresa, função esta exercida com autonomia, independência e dotação orçamentária própria e adequada para a dedicação exclusiva aos temas de ética e compliance, além de equipe técnica devidamente capacitada e dedicada.

5.3 Programa de integridade

O exercício da Função Compliance foi atribuído pela alta administração à Diretora Jurídico e GRC, que como prerrogativa do exercício da Função possui acesso irrestrito ao Conselho de Administração e autoridade para operação do Sistema de Gestão Antissuborno e do Programa de Integridade, atuando com independência e cabendo à esta, a supervisão e reporte da implementação, conformidade e orientação sobre o Sistema de Gestão Antissuborno à Empresa e à Alta Direção.

Atualmente a área de Ética e Conformidade participa dos seguintes comitês de assessoramento reportando a evolução do Programa de Ética e Conformidade para a alta liderança da empresa:

a. Comitê de Auditoria – trata-se de comitê de assessoramento ao Conselho de Administração e possui reuniões bimestrais com reportes da área de Ética e Conformidade semestrais, ou, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

b. Comitê de Ética – trata-se de comitê deliberativo mensal, ou, extraordinariamente, sempre que houver necessidade, que tem como competência deliberar, orientar e recomendar sobre infrações ao Código de Conduta Ética, políticas e procedimentos internos, bem como descumprimento e violações à legislação que envolvam liderança, fraudes e/ou corrupção independentemente de valor. Ainda, é competente para analisar e recomendar ações estruturantes para o Programa de Integridade.

Anualmente é apresentado relatório com as ações e resultados do Programa de Ética e Conformidade na Reunião do Conselho de Administração.

Adicionalmente, como parte do comprometimento com a cultura de Ética e Conformidade implementada e disseminada pela VLI S.A. e suas subsidiárias, contamos com reconhecimentos e compromissos públicos que fortalecem diariamente nosso Programa:

- **ISO 37001 - Certificação Sistema de Gestão Antissuborno**

Em 2023, a VLI foi certificada na ISO 37001 - Sistema de Gestão Antissuborno, norma que fornece os requisitos e orientação para estabelecer, implementar, manter e aperfeiçoar um sistema destinado ao combate ao suborno, abrangendo os setores públicos, privado e sem fins lucrativos

- **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção - Instituto Ethos**

5.3 Programa de integridade

Adesão ao diagnóstico do Programa de Ética e Conformidade

- **Prêmio ABERJE 2023 – Campanha “Basta! Na VLI a falta de ética não tem vez”**

Premiação da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) de melhor campanha na área de Ética, Integridade e Compliance na regional Minas Gerais/Centro-Oeste

- **Melhores Empresas para Trabalhar - GPTW 2023**

As afirmativas vinculadas ao Programa e Canal de Ética se destacaram pelo alto índice de confiança e percepção positiva

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros. ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados. iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé. iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

Baseado nos valores da Empresa, o Canal de Ética tem como objetivo ser meio para comunicação segura e, à critério do denunciante, anônima (garantida pela Empresa). O referido canal é externo e pode ser utilizado por qualquer pessoa, seja ela interna ou externa ao Grupo VLI, podendo incluir colaboradores, terceiros, clientes, fornecedores e a comunidade em geral, sempre que houver uma situação irregular ou a suspeita dela ocorrer.

O acesso ao canal pode ocorrer das seguintes formas: 1) via site ou telefone, (divulgados amplamente nos meios de comunicação: site institucional da Empresa, intranet, assinaturas de e-mail, comunicações impressas, documentos normativos de Ética e divulgado em treinamentos internos) 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Ainda, uma denúncia pode ser realizada junto a qualquer gestor da Empresa, que deverá informar a área de Ética sobre a situação.

Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (Opção 3 – Atendimento exclusivo para mulheres)

Site: www.canaldeetica.com.br/vli

5.3 Programa de integridade

Ao optar por entrar em contato por telefone, de segunda-feira a sexta-feira, no período das 10h às 18h, o relator tem acesso a um analista isento de empresa terceira, que coleta os dados da denúncia e faz questionamentos pertinentes para elevar a qualidade do relato e permitir melhor apuração.

A empresa terceira também é responsável pelo registro formal dos relatos e, após análise prévia do caso e envolvidos, direcionamento para apuração e tratativa pela área responsável conforme matriz de governança definida, garantindo assim a independência e a imparcialidade das apurações.

As denúncias são recebidas, verificadas e investigadas pela área de Ética e Conformidade. Existindo algum ponto de atenção ou procedência, elas são submetidas para deliberações de acordo com a alçada competente, dentre elas, o Comitê de Ética. No entanto, as denúncias referentes aos Diretores da Empresa e aos membros da Diretoria Jurídica e de GRC são recebidas pela área de Auditoria Interna - à fim de evitar conflitos de interesses - discutidas com o Comitê de Auditoria e reportadas ao Conselho de Administração.

Para denúncias procedentes ou com pontos de atenção são gerados planos de ação para acompanhamento e tratativas.

Com o objetivo de evitar a retaliação aos denunciantes e pessoas que colaboram com a apuração de relatos, a Empresa prevê proibição expressa nesse sentido em seu Código de Conduta Ética. Se identificada tal prática, o infrator está sujeito a medidas disciplinares, incluindo o seu desligamento.

Em 2023, foram recebidos 984 relatos, enquanto 877 relatos foram encerrados.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.

Não houve casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios,

5.3 Programa de integridade

fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Item não aplicável à Empresa uma vez que possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alterações significativas no que tange à Gestão de Riscos no último exercício.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há informações relevantes que já não foram destacadas nos itens anteriores.